



O delineamento da Estrada Real desde a serra de Rio Maior a Leiria em 1791

Ricardo Charters-d'Azevedo - Ricardo.Charters@gmail.com ;

cartografia, militar, D.Marial, estrada_real, Leiria

D. José Luís Meneses e Abranches Castelo Branco (6.12.1742 – 16.11.1792), sexto conde de Valadares e inspector-geral do Terreiro Público de Lisboa e das Estradas, foi encarregado, por D. Maria I, em 1784, de dirigir as obras de reparação e a manutenção de estradas. A justificação para a reparação das vias, e para a sua manutenção, era a de facilitar os passeios da Corte, quando ela se deslocava no país. A partir de 1784, parece depreender-se que se começa a apresentar “o bem público”, e não as comodidades da Família Real, como o verdadeiro móbil dos melhoramentos das vias. Falecido o conde de Valadares, em 1793, D. Maria I nomeia José Diogo Mascarenhas Neto, como inspector com vista a, nomeadamente definir e mandar construir uma nova estrada que ligue Lisboa a Coimbra e mais tarde ao Porto, abandonando-se a antiga estrada que pelas inundações dos campos da Golegã se tornava impraticável. Mas, D. Maria I toma, por Alvará com força de Lei de 30 de Junho de 1798, ainda outras medidas de consolidação dos conhecimentos neste domínio, criando uma Sociedade Real Marítima Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas e Militares, nomeando para esta sociedade uma plêiade de oficiais engenheiros. Criou, em 1799, ainda a Tipografia Calcográfica e Literária do Arco do Cego, com efémera actividade, pois fechou em 1801, mas como o nome indica seria encarregada de produzir cartas.

Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735 - 1804), futuro 1.º visconde de Balsemão com grandeza, estando em Inglaterra como enviado extraordinário à Corte de Londres, tomou conhecimento que o governo inglês, inspirado e incitado pelos trabalhos geodésicos feitos em França, mandou, em 1784, proceder à triangulação de Londres até Dover. Regressando a Portugal resolveu promover em Portugal trabalhos geodésicos, base para uma correcta representação topográfica do terreno, propondo o doutor Francisco António Ciera para o fazer. Associaram-se a ele Carlos Frederico Bernardo de Caula (1766 – 1835 e tenente-general em 1834) e Pedro Sousa Folque (1744 – 1848 e tenente-general em 1845) e foram encomendados os instrumentos necessários, encontrando-se o círculo repetidor construído por Etienne Lenoir,

IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



encomendado em 1784 e usado na triangulação, no Museu do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra.

Este mapa, com o número CA 436 do catalogo de cartas antigas do IGP, mede 2.378 X 761 mm, é um trabalho notável para a época. Envolve o levantamento marginal ao longo de toda a extensão da estrada. Povoações, lugares, caminhos, quintas, linhas de água, relevo, terras de cultura, etc., tudo é assinalado e bem desenhado. Está todo desenhado a preto, e à pena, de forma primorosa. As povoações e casas são assinaladas a carmim.

Estão igualmente assinalados os termos de Leiria, Batalha, Porto de Mós e Santarém e os Coutos de Alcobaça, dando-se num quadro, em braças quadradas, as áreas dos respectivos terrenos levantados, bem como as partes cultivadas e incultas.

O mapa, "que se pode considerar precioso", não só apresenta a orografia como mostra as povoações e propriedades que se encontram de um lado e do outro da estrada. Realizado sem o apoio da triangulação do Reino, pois se iniciavam os seus trabalhos naquela data, obrigou à utilização de pontos de referencia relevantes, como torres de igrejas, torres de castelos, ou determinados montes.

O ministro José de Seabra e Silva foi o executor das ordens da D. Maria I, tendo tido um papel preponderante o desembargador José Diogo Mascarenhas Neto pois "porque enfim os desembargadores eram naquele tempo tidos em conta de homens sabedores de tudo" e ele tinha publicado em 1790 um livro apresentando um método para construir estradas. É dele a decisão de qual o percurso, de entre os três que lhe foram propostos, a adoptar: Tal decisão, teve contornos económicos e sociais, bem como técnicos. Tratou-se de um despacho notável pois considerou, não só o numero de socalcos, como o numero de fontanários, os terrenos por onde seria construída de forma a reduzir custos, e as populações que servia. Para tal os oficiais do Corpo de Engenheiros forneceram-lhe quadros com a população e o tipo de agricultura que cada percurso serviria.

Quem fez o levantamento foram oficiais do Real Corpo de Engenheiros, constituído por engenheiros notáveis, dado o produto final que nos deixaram. Contaram com uma assistência técnica alemã, pois o Conde de Schaumbourg-Lippe, a pedido do governo português, mandou diversos jovens oficiais de artilharia formados na escola militar do seu condado. Neste levantamento, foi participante activo o coronel Conrad Heinrich von Niemeyer (de quem descende, por exemplo o Arq de Brasília Óscar Niemeyer).